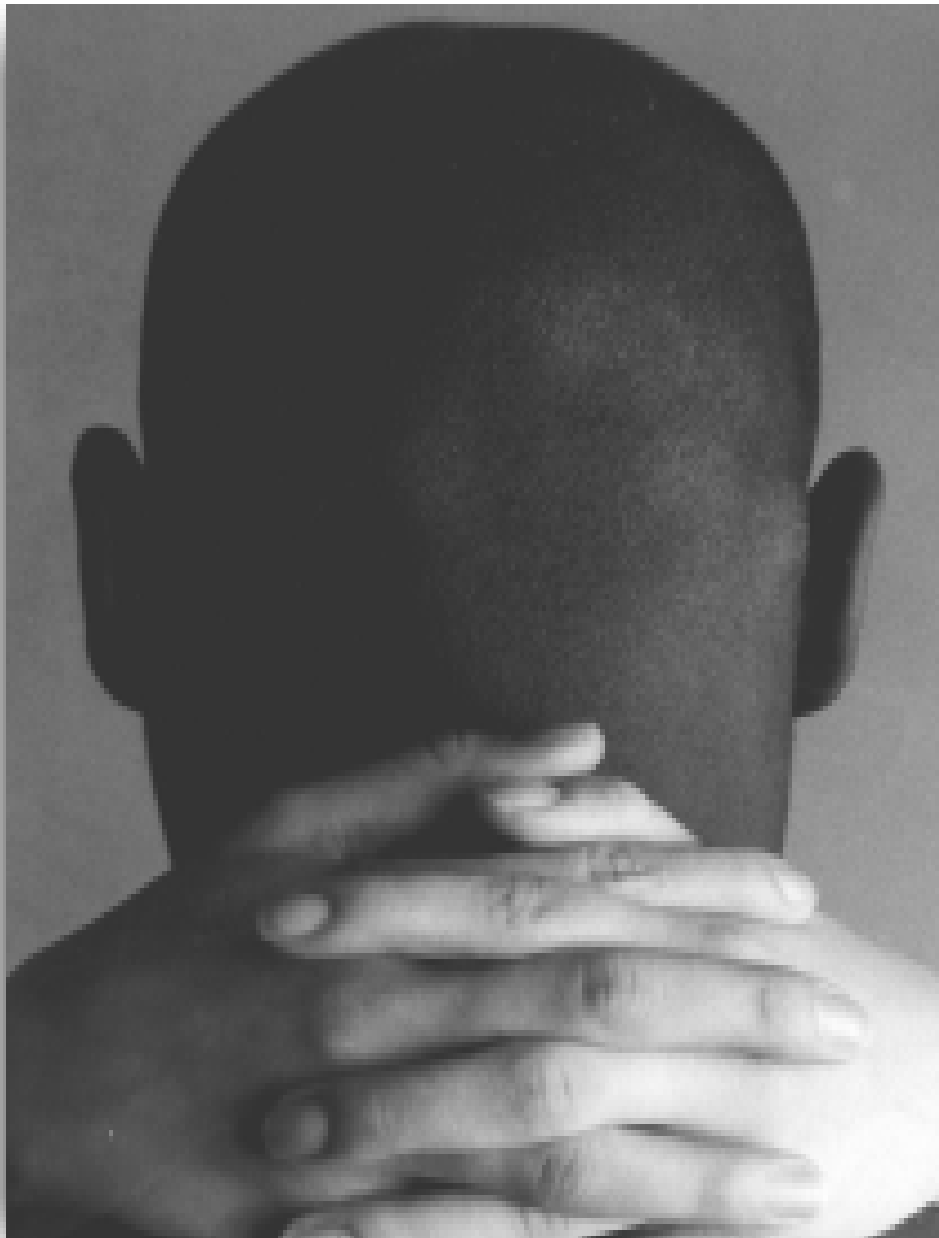




00000000



"Cada homem tem um rosto que é único; com ele morrem milhares de circunstâncias, milhares de lembranças; milhares de lembranças da infância e morrem os traços humanos, demasiado humanos."

Jorge Luis Borges

Discriminação racial



Sem título-5



A desigualdade estável

Os Direitos Humanos e a temática do racismo, no contexto dos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil e da proclamação do ano 2000 como Ano Internacional por uma Cultura de Paz, evidenciam um cenário de intensos conflitos, fundados em ódios étnicos, raciais e discriminatórios no plano global, com suas repercussões no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O Brasil, mesmo tendo ratificado, em março de 1968, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução 2.206-A da 20ª Assembléia Geral das Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, ainda não conseguiu reverter o quadro de exclusão social das ditas “minorias raciais”. Um país formado pela histórica miscigenação de raças não aceita suas origens, comportamento manifestado nos casos de perseguição por etnia, com destaque para judeus, de extermínio dos povos indígenas e da marginalização social dos negros. Nesse aspecto, o país mantém uma “desigualdade estável”, como demonstra o estudo publicado pelo Ibase no “Observatório da Cidadania – Brasil” e destacado neste capítulo, que retira cidadãos do abrigo da lei, do convívio social e persegue diferenças.

Esta “irracionalidade”, expressa no artigo do médico e escritor gaúcho, Moacyr Scliar, faz refletir sobre o comportamento individual e seus reflexos na formação do comportamento coletivo da sociedade brasileira, que se diz democrática.

“Desenvolvimento” humano

Em 1995, o Brasil assumiu uma série de compromissos de combate à pobreza e à exclusão social, na reunião da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (CMDS), em Copenhague, na Dinamarca. O “Observatório da Cidadania – Brasil” (1999), publicado pelo Ibase, apresenta estudo¹ de Celia Lessa Kerstenetzky e Fernando J. Cardim de Carvalho que avalia o comportamento da política macroeconômica do governo federal e seus programas destinados a atender os compromissos da CMDS. O estudo destaca a “desigualdade estável” há 20 anos no país, através da manutenção dos elevados índices de pobreza e indigência da população, a histórica concentração de renda e a exclusão crescente de homens e mulheres do mercado de trabalho. Destacamos aqui, uma pequena amostra do estudo que se refere às diferenças de raça em relação ao desenvolvimento humano da população brasileira. Em seu conjunto, o estudo dos autores conclui que as políticas sociais acabam ficando em segundo plano na macropolítica do governo federal alinhada ao receituário de sua política neoliberal.

“Quanto aos não-brancos, aqui incluídas as populações negras, pardas e indígenas, observa-se que a iniquidade os afeta mais cedo na vida, no próprio sistema educacional. De meados de 1987 a meados de 1998, os não-brancos passaram de 3,78 anos

¹ Disponível pela Internet: www.ibase.org.br/.

de estudo para 4,99, bem abaixo dos brancos, que alcançaram 7,23 anos, mantendo-se estável o hiato temporal que separa os dois grupos. Ou seja, os meninos não-brancos sofrem especialmente: sua expectativa em termos de anos de estudo é 40% menor que a média brasileira (ver tabela 1)² A incidência de repetência e evasão escolar é particularmente grave neste grupo, sugerindo a existência de um tratamento diferenciado dentro das escolas, de currículos e livros didáticos com conteúdos preconceituosos. Estes fatores resultam na baixa estima das crianças não-brancas assim, como favorecem sua entrada precoce no mercado de trabalho, induzida pela pobreza. Enquanto a taxa de alfabetização da população jovem de brancos, chegava a 97% em 1998, a dos não-brancos não passava de 90,3%, e o analfabetismo atingia 22% dos membros deste grupo, em contraste com 9% dos brancos (ver tabela 2).

Na verdade, a defasagem educacional dos não-brancos aparece como o fator mais importante a explicar o diferencial de salários entre eles e os brancos: o rendimento médio dos não-brancos equivale a 45,7% do que ganham os brancos. Controlando-se as outras variáveis, isto é, idade, escolaridade, região de moradia e gênero, pode-se dizer que cerca de um quarto do diferencial salarial entre os dois grupos se produz no mercado de trabalho. Em termos de perspectivas, infelizmente não se tem detectado uma tendência de melhoria nem quanto à educação nem quanto ao diferencial salarial observado no mercado de trabalho (ver tabelas 3 e 4). Este grupo também é mais afetado pela pobreza do que o grupo de referência: tendo-se em mente que os não-brancos representam 48% da população brasileira, cerca de dois terços dos pobres brasileiros se incluem neste grupo. Além do mais, este grupo é especialmente afetado pela mortalidade infantil, desemprego e falta de acesso a serviços públicos.

Tabela 1 - Indicadores sócio-econômicos por grupo racial - Brasil

Grupo racial	Média de anos de estudo da população em idade ativa		Taxa de alfabetização da população jovem (15-17 anos)(%)		Renda (Renda dos brancos = 100)		Taxa de desemprego (30-60 anos)(%)	
	1989	1998	1989	1998	1989	1998	1989	1998
Brancos	6,7	7,2	94,4	97,0	100,0	100,0	7,6	8,3
Não-brancos	4,6	5,0	82,8	90,3	45,7	45,7	3,5	9,6

Fonte: S. Soares, Desenvolvimento econômico social brasileiro na década de 90, Ipea, março de 2000.

Cálculos preliminares baseados no Relatório do desenvolvimento humano de 1996 indicam que o IDH da população afro-brasileira varia em torno de 0,575 e 0,607, situando o Brasil na 109ª posição no ranking mundial, em contraste a 65ª colocação alcançada com 0,797 no IDH geral. A busca de equidade racial sugere um tratamento diferenciado, que venha a exercer impacto na eliminação das desigualdades de oportunidades efetivas, uma vez que as políticas públicas de alcance universal, com ênfase na igualdade formal de oportunidades, mostram-se incapazes de anular desigualdades e discriminações históricas. Nesta busca, a maximização do empowerment da população afro-brasileira deve-se dar concomitantemente, sugerindo o reconhecimento de direitos coletivos, associados a identidades socioculturais específicas.

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo - pessoas de 15 anos ou mais, por cor ou raça, segundo as grandes regiões (1998)

Grandes regiões	Total**	Branca	Preta	Parda
Norte**	11,8	7,8	22,6	11,2
Nordeste	17,3	20,3	16,2	16,1
Sudeste	8,1	5,2	15,1	11,2
Sul	8,1	6,8	15,1	14,9
Centro-Oeste	11,1	7,7	21,6	11,4
Brasil**	11,8	8,4	21,6	16,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1998 (CD-ROM). Microdados, Rio de Janeiro, IBGE, 1999. * Inclusive as pessoas de cor amarela e população indígena; ** Exclusive a população rural; *** exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Fizemos algumas adaptações, como a numeração das tabelas, adequando o estudo ao "Relatório Azul".



Sem título-5



O princípio de equidade tem guiado as ações do governo, especialmente no que se refere às populações afro-descendentes que, a partir da conformação de organizações do movimento negro, têm avançado na luta contra diferentes formas de discriminação. A legislação brasileira já reconhece a existência de racismo e a coíbe de modo inegociável. Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais e os livros didáticos introduzem conceitos de valorização da população negra. As iniciativas oficiais se estendem às áreas de políticas de emprego e de saúde, ações de comunicação e titulação das terras de remanescentes dos quilombos, e resultam de esforço conjunto dos movimentos sociais organizados e governo, associados no Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (Santos, 1999). Contudo ainda subsistem uma relativa lentidão e abrangência limitada das medidas, tendo em vista sobretudo a intensidade da iniquidade.

Tabela 3 - Desempenho no aprendizado

Grandes regiões	Branca		Preta		Parda	
	Anos médios de estudos	Rendimento médio em SM	Anos médios de estudos	Rendimento médio em SM	Anos médios de estudos	Rendimento médio em SM
Norte*	7,60	5,07	5,24	3,30	5,90	3,01
Nordeste	6,40	4,01	3,90	1,73	4,10	1,97
Sudeste	8,10	6,35	5,50	3,85	5,90	3,20
Sul	7,10	4,88	5,50	2,88	5,00	2,70
Centro-Oeste	7,60	6,01	5,60	3,40	5,80	3,27
Brasil**	7,50	5,60	5,10	2,71	5,10	2,60

Fonte: PNDA, 1998. Síntese de Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 1999. * Excluindo a população rural; ** Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 4 - Taxa de desemprego de acordo com a raça* - regiões metropolitanas (1998)

Regiões metropolitanas	Negros %	Não-negros %	Diferença entre negros e não-negros
São Paulo	21,70	16,00	41%
Salvador	25,70	17,70	45%
Belo Horizonte	23,00	18,00	28%
Distrito Federal	20,50	17,50	17%
Belo Horizonte	17,80	13,80	28%
Porto Alegre	20,60	15,20	36%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Dieese/Seade e entidades regionais. * Negros = pretos e pardos; não negros = brancos e amarelos.

"Por trás do racismo

Moacyr Scliar³

Certa vez encontrei, numa exposição sobre a América colonial, uma espécie de curioso quadro ilustrativo, datando daquela época. Mostrava os tipos que se tinham formado como consequência dos cruzamentos ocorridos no Novo Mundo: 'De español y india: mestizo. De español y mestiza: castizo. De español y castiza: criollo. De español y negra: mulato. De español y mulata: morisco. De español y morisca: albino. De español y albina: tornatrás. De tornatrás y índio: lobo. De índio y loba: chino. De chino y india: zambayon.' À esta relação se poderiam acrescentar os tipos brasileiros, os mulatos, os cafusos, os mamelucos e outros.

³ Médico e escritor.

A lista prova, em primeiro lugar, de que a miscigenação aqui foi a regra. Em segundo lugar demonstra que um racista tem muita gente a quem odiar. O que deveria ter ajudado a erradicar de vez o arcaico conceito de raça que, do ponto de vista científico, não tem o menor fundamento. Mas o racismo, e, de forma mais ampla, o preconceito de que ele fez parte, tem a sua própria racionalidade, melhor dizendo a sua própria irracionalidade. E esta parte de uma compulsão fundamental: o preconceituoso precisa odiar alguém. Alguém que seja diferente dele: na cor da pele, no sexo, na religião, nas idéias políticas, na preferência futebolística, na região geográfica em que habita. O diferente é o inimigo. Um inimigo que precisa ser eliminado, às vezes fisicamente.

A pergunta que inevitavelmente se coloca é: qual a razão desse ódio? Ele tem, claro, raízes psicológicas. Na verdade, o estranho representa tudo aquilo que o preconceituoso detesta em si próprio e que se recusa a admitir: assim, na suposta preguiça do índio ele vê a sua própria preguiça, não admitida e recusada. O estranho passa a desempenhar o papel de um potencial bode expiatório. Num grau extremo a rejeição vai à eliminação física. O estranho precisa ser exterminado, porque é uma "peste", um "câncer". Como a peste, ele se dissemina, ele contagia os outros. "Os maus contaminam os bons" ouvi alguém dizer a propósito dos alunos de uma escola. Por que os maus contaminam os bons? Por que não são os "bons" que "contaminam" os "maus"? Já a comparação com o câncer tem uma conotação diferente: implica uma lenta e implacável destruição do corpo social. Corpo social, aliás, é uma metáfora preferida pelos preconceituosos. Implica "partes nobres", como a cabeça (adivinhem quem é), e outras "não nobres", como os braços e as pernas (adivinhem quem é).

Estamos ainda falando do preconceituoso como indivíduo, estamos falando de um problema psicológico ainda restrito. Quando, porém, as diferenças acima mencionadas se associam a uma relação de poder ou de riqueza, estamos diante de um conflito muito maior. Aí trata-se de ricos e pobres, opressores e oprimidos. A diferença já não é diferença, é estigma. Passa a identificar aqueles que valem menos, que podem ser submetidos ou sacrificados. Tudo então é possível, inclusive o genocídio. Até que o discriminado revolta-se e assume sua identidade grupal não mais com humildade, mas com orgulho; é o momento do basta. A revolta é a consequência inevitável.

É possível erradicar o preconceito? É. Mas isto exige uma ação multidimensional. A educação trabalha no plano psicológico e dá resultados. Num plano mais amplo, é preciso recorrer aos mecanismos de transformação social. Só então as listas de tipos humanos, elaboradas com duvidosa finalidade, deixarão de ser necessárias."

Exclusão, racismo e discriminação

Jovens negros

No dia 7 de junho de 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou resultado do estudo "População Jovem do Brasil", segundo o qual mais de 50% dos jovens brasileiros consideravam-se negros. O estudo compara dados das décadas de 80 e 90. Segundo ele, em 1980, 54,7% dos brasileiros com idade entre 15 e 24 anos declaravam-se brancos, contra 44,8% de negros. Já no censo de 1991, 50,5% dos jovens diziam-se negros e 49,2%, brancos.

Um país racista

O Jornal do Brasil, do dia 12 de maio de 2000, comenta pesquisa realizada pelo Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), organização não governamental sediada no Rio de Janeiro: "Pesquisa indica 93% de



Sem título-5



racismo entre os brasileiros. Entrevistas revelam que o preconceito é apontado, mas não assumido. A abolição da escravatura completa 112 anos amanhã (dia 13 de maio), mas uma pesquisa da DataUFF constata: o Brasil é um país racista. O estudo revelou que 93% das quase 1.200 pessoas ouvidas admitem que há preconceito racial contra os negros. Casamento com pessoa de cor preta é desaprovado por 58%. Para 45%, negros têm condição pior que brancos porque a escravidão ainda pesa."

Condenada por racismo

a condenada
definia a
vizinha como
"macaca".

"Mulher é condenada por racismo no RS", com esta manchete o jornal Folha de São Paulo, do dia 26 de junho de 1999, noticiou a condenação de A.M., 50 anos, pelo crime de racismo. Reportagem assinada pelo jornalista Léo Gerchmann, da Agência Folha de Porto Alegre, relata: "Uma mulher terá de prestar serviços à comunidade, em Porto Alegre, como forma de cumprir pena pela prática do crime de racismo. O crime foi praticado contra uma vizinha negra. Segundo a Justiça do Rio Grande do Sul, a condenada definia a vizinha como "macaca". A pena de prestação de serviços é alternativa a de um ano e quatro meses de reclusão, com multa, imposta originalmente pelo acórdão da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, que confirmou decisão de primeiro grau... Ela colava fotografias e desenhos de macacos na sua janela para ofender a aposentada M.O., 54 anos. A janela de A.M. fica de frente para a janela da aposentada, o que configurava, segundo a aposentada, uma provocação. Essa tese foi aceita pela Justiça."

Discriminação racial

Agressão de vizinhos

No dia 3 de novembro de 1999, compareceu na CCDH, E.S., desenhista/projetista, negro, 43 anos, residente no município de Gravataí. Ele denunciou caso de racismo que teria sofrido por parte de seus vizinhos. O caso também foi levado para a Comissão de Direitos da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí, sendo que o relatório foi anexado ao atendimento da CCDH. E.S. no dia 28 de outubro, por volta das 23 horas, foi acordado pelo seu vizinho, que armado com um facão e acompanhado de esposa e filho, passou a chamá-lo de negro, maloqueiro e vagabundo e em seguida atirou pedras na sua casa tendo quebrado os vidros da janela. Segundo E.S., na manhã do mesmo dia a esposa do vizinho já havia o chamado de negro desgraçado. O caso foi registrado na 2ª Delegacia de Polícia de Gravataí. Em 30 de dezembro de 1999, a CCDH encaminhou à 2ª DP ofício solicitando informações sobre os encaminhamentos para o caso. Em resposta, a 2ª DP garantiu que estava sendo elaborado Termo Circunstanciado sobre o caso que, tão logo concluso, seria remetido ao Poder Judiciário local.

armado com
um facão ...,
passou a
chamá-lo de
negro,
maloqueiro e
vagabundo.

Democracia em xequê

“dizendo que o
cheque era
roubado e me
chamando de
negra
ladrona.”

No dia 4 de março de 2000, a CCDH recebeu a denúncia de I.M., negra, 45 anos, enfermeira aposentada, moradora da região metropolitana, que foi discriminada em Caxias do Sul, durante a Festa da Uva. Depois de ter comprado uma jaqueta de couro em um dos estandes da festa, I.M. foi detida por seguranças sob a acusação de ter usado cheques roubados. “A dona da loja estava junto, dizendo que o cheque era roubado e me chamando de negra ladrona... Todo mundo ficava olhando, e o tempo todo ela nos chamando de negros ladrões”, relatou I.M. em reportagem sobre o caso, publicada no Jornal Pioneiro. A enfermeira provou que os cheques eram seus e, no mesmo dia, registrou ocorrência por calúnia e racismo no 2º Distrito Policial de Caxias do Sul. A CCDH encaminhou o ofício nº 1317/2000, à 2ª DP de Caxias, solicitando informações sobre as medidas adotadas, bem como todas as peças produzidas pelo inquérito policial. A Polícia Civil respondeu este ofício no dia 12 de maio de 2000, informando que, até àquela data, já havia sido encaminhada correspondência à Delegacia de Polícia de Alvorada para intimar as vítimas a fim de instaurar o inquérito policial.

Liberdade, Censura e Direitos Humanos

A CCDH realizou, no dia 24 de março de 2000, palestra “Liberdade, Censura e Direitos Humanos”, com o escritor argelino, Rachid Boudjedra, secretário geral da Liga Argelina dos Direitos Humanos. Boudjedra, hoje com 58 anos, foi fundador do Comitê contra a Tortura. Sua obra já lhe rendeu uma condenação à morte por uma “fatwa FIS”, em 1983, pela tradução em árabe do romance “A insolação, topografia ideal para uma agressão caracterizada”. Boudjedra relatou o avanço do fundamentalismo islâmico na Argélia, conduzindo o país a um processo de permanente violação dos Direitos Humanos e de direitos para ele fundamentais como a liberdade de expressão e de imprensa e o de livre associação dos trabalhadores, profissionais e intelectuais argelinos. O escritor lamenta o avanço de concepções que incentivam o ódio e a discriminação tendo como pano de fundo “princípios” de cunho religioso fundamentalista.

Preconceito e discriminação na internet

No dia 10 de abril de 2000, o professor Shimon Samuels, doutor em Estudos sobre o Holocausto, esteve em Porto Alegre para proferir palestra sobre a discriminação racial na rede mundial de computadores. A palestra “Ódio On Line: Preconceito e Discriminação na Internet”, realizadas no Solar dos Câmara foi uma promoção conjunta da CCDH, com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Federação Israelita do Rio Grande do Sul.

Samuels é diretor de Assuntos Internacionais do Centro Simon Wiesenthal, com sede em Paris, e responsável por questões de racismo e anti-semitismo contemporâneos na Europa, na América Latina e em organizações internacionais.



Sem título-5



Nazismo nunca mais

Maria do Rosário⁴

O espancamento até a morte de um jovem homossexual cometido por um grupo de skinheads, no mês de abril de 2000, em São Paulo, foi um alerta importante para o governo, entidades não governamentais, cidadãos e cidadãos brasileiros.

Pouco acostumada com ataques violentos de cunhos intolerante e racista, característicos de grupos de extrema direita europeus, a sociedade brasileira percebeu a urgência da necessidade de vigilância ao avanço do neonazismo no mundo todo, uma “nova roupagem” da ideologia responsável por um dos principais genocídios deste século.

É preciso se ter claro que a Segunda Guerra Mundial não sepultou o nazismo. Em função da Guerra Fria, muitos nazistas e seus colaboradores foram anistiados ou converteram-se em “neo-aliados”. O Franquismo e o Salazarismo, por exemplo, consolidaram-se apesar do autoritarismo explícito.

Sem uma data precisa de nascimento, o neonazismo disseminou-se em inúmeros países. Recentemente, com o apogeu do binômio globalização-neoliberalismo, os neonazistas se alimentam da insegurança e dos rancores daqueles que vêem no trabalhador estrangeiro, mão-de-obra barata e concorrente no mercado de trabalho, o inimigo.

Um pensamento equivocado que não percebe que o imigrante é fundamental para o capitalismo, já que engrossa o chamado “exército industrial de reserva” ou elemento de barganha. Permanece oculta, desta forma, a relação direta entre o desemprego e os mecanismos selvagens de acumulação de riqueza das corporações capitalistas. Assim como, as perdas de qualidade de vida decorrentes de práticas neoliberais, com destaque para o arrocho e a eliminação de direitos e das conquistas sociais. Além do mais, se a Europa está infestada de imigrantes é porque o Terceiro Mundo está miserável e com fome.

Na segunda metade da década passada, a ideologia neonazista também começa a pipocar na América, com destaque para os países do Cone Sul, praticamente recém libertos de intolerância que marcou as ditaduras latinas. O outro é o estrangeiro, seja ele, por exemplo, negro, homossexual, nordestino...

Neste sentido, ações como as acontecidas em São Paulo, precisam ser combatidas com rigor pelas autoridades brasileiras. Precisamos estar atentos também ao aumento de sites racistas na Internet e abrir a discussão em relação a uma legislação que possa conter os avanços do “ódio on line”.

É de nossa máxima responsabilidade, enquanto defensores da democracia, denunciar os ideólogos reacionários que não têm a grandeza de espírito necessária para compreender os avanços conquistados pela humanidade, nos últimos 50 anos, pós Declaração Universal dos Direitos Humanos. Indivíduos que ainda não perceberam que o futuro da humanidade aponta para a solidariedade e a aceitação das diferenças e que sentimentos como o ódio racial e a intolerância à livre orientação sexual não têm espaço na concepção de humanidade que está sendo construída nesta virada de milênio.

⁴Deputada estadual do Partido dos Trabalhadores e presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do RS.

Negro é tido como assaltante por taxista

o carro passou
a ser escoltado
por diversos
táxis.

No dia 8 de maio de 2000, R.C., 27 anos, negro, auxiliar de pessoal, residente em Porto Alegre, relatou à CCDH que no dia 30 de abril de 2000 foi humilhado em público por alguns taxistas, pelo fato de ser negro. R.C. contou que embarcou num táxi, acompanhado do amigo, L.C., e informou ao motorista que desejava ir até o bairro Cavallhada. Durante o percurso, sem maiores explicações, o motorista passou a emitir mensagem para a Central Gaúcha de Táxi, desconfiando que os passageiros fossem assaltantes e solicitando reforço a outros taxistas pelo rádio. Imediatamente o carro passou a ser escoltado por diversos táxis. O comboio dirigiu-se então para um baillão, onde um segurança armado abriu a porta do carro e, com o revólver na cabeça dos passageiros, puxou-os para fora dizendo que era policial, que aquilo era uma revista e jogando-os com violência contra a parede. No momento em que foi verificado que os dois passageiros não estavam armados, um taxista os reconheceu e confirmou que os dois eram trabalhadores, eram seus clientes e eram pessoas idôneas. Os taxistas e o segurança tentaram amenizar a situação e o comboio se dispersou.

R.C. registrou ocorrência na 13ª Delegacia de Polícia e na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), no dia 4 de maio. A CCDH encaminhou, em 8 de junho, o ofício nº 1843/2000, solicitando informações sobre as medidas adotadas pela EPTC para o caso. Com o mesmo propósito foi encaminhado o ofício nº 1842/2000, à 13ª Delegacia de Polícia. Este ofício foi respondido no dia 27 de junho, segundo o qual, a ocorrência originou Termo de Circunstância, encaminhado ao Foro. Em 12 de julho de 2000, a EPTC encaminhou à CCDH, ofício informando que, no dia 25 de junho de 2000, o permissionário e o motorista do táxi envolvido compareceram na Coordenação de Atendimento, Multas e Fiscalização daquela empresa e prestaram esclarecimentos em relação às denúncias de R.C. Em anexo, a EPTC enviou cópia de ofício, informando ao reclamante que os funcionários envolvidos no caso "foram severamente advertidos e orientados" e "ficaram cientes de que o fato ficará registrado em ficha".

com o revólver
na cabeça dos
passageiros,
puxou-os para
fora.

O homem errado

Em maio de 2000, representantes do movimento negro gaúcho lembraram em ato público na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, os 13 anos de um caso que se tornou símbolo no Rio Grande do Sul da violência policial contra a população negra. Trata-se do assassinato cometido por policiais militares do funcionário da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), Júlio César de Melo Pinto. Devido a intensa mobilização de diversas entidades ligadas a causa negra, o caso ficou conhecido como "O Homem Errado". No dia 10 de junho de 2000, durante a "II Conferência Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre", o Movimento Negro Unificado (MNU) solicitou ao secretário da Justiça e Segurança Pública, José Paulo Bisol, uma solução política no que se refere ao pagamento de indenização à viúva de Júlio César.



Sem título-5



O crime aconteceu no dia 14 de maio de 1987. Júlio César saiu de casa para ir à padaria e foi surpreendido com um tiroteio. Um supermercado localizado na avenida Bento Gonçalves (proximidades da sua casa) estava sendo assaltado. Teve uma crise epilética e caiu na calçada. Ao encontrá-lo caído, a polícia militar considerou que Júlio era um dos assaltantes e colocou-o numa viatura. Na ocasião, evidentemente, ele não tinha qualquer ferimento. Júlio César chegou 20 minutos depois no Pronto Socorro Municipal morto com sete tiros. O enterro transformou-se em um ato político. Devido a forte pressão de diversas entidades do movimento negro e o testemunho de um repórter fotográfico que registrou as condições em que Júlio entrou na viatura, a verdade veio à tona. Juntamente com um dos assaltantes que foi capturado, o funcionário público foi levado para um terreno nas proximidades da rua Cristiano Fischer, onde ambos foram executados. O fato mereceu extensa cobertura da imprensa. Os policiais militares envolvidos foram a julgamento, sendo que alguns foram condenados, outros absolvidos e outros ainda continuam foragidos da justiça.

Políticas públicas e legislação

“Sou negra, sou brasileira

Nelma Oliveira e Elaine Oliveira Soares⁵

A violação dos Direitos Humanos em nosso país é fato incontestável e histórico. Em se falando da população afro-descendente, a mulher e a criança estão mais expostas à miséria, à violência, às más condições de moradia, à precariedade nos serviços de assistência, educação e saúde. O racismo e o sexismo, presentes no cotidiano de cada uma das mulheres, resultam na baixa auto-estima e sentimento de inferioridade da população negra.

‘Nossas reivindicações não têm sido associadas às lutas por Direitos Humanos’, afirma o Documento das Organizações de Mulheres Negras do Brasil, preparatório à Conferência Mundial contra o Racismo, que se realizará em 2001, na África do Sul.

As ilusões da democracia racial ainda influenciam no discurso social brasileiro, apesar de todas as provas em contrário. Senão vejamos: segundo dados de 1998 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nós negras, temos as menores rendas, moramos em piores condições e morremos mais cedo do que mulheres brasileiras de outras etnias.(...)

O Brasil, em 1999, foi classificado como um país de desenvolvimento humano mediano, ocupando a 79ª posição, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é um instrumento de avaliação e mensuração das condições materiais e sociais da vida dos povos.

Quando os dados do IDH são desagregados por sexo e raça da população afro-descendente no Brasil, conforme elaborado pela Federação das Associações de Órgãos de Assistência Social e Educação (Fase), em junho de 2000, torna-se evidente o impacto do sexismo e do racismo, demonstrando que o IDH, relativo à população negra do Brasil, ocupa a 108ª posição, contrapondo ao da população branca, que ocupa a 48ª posição.

Na saúde, a expansão da epidemia do HIV/Aids tem aumentado assustadoramente entre mulheres de baixa renda e menor escolaridade. As mulheres negras estão mais vulneráveis em função das condições sócio-econômicas.

Na saúde reprodutiva, o descaso e o racismo têm dificultado a diminuição do número de mortes, que poderiam ser evitadas. A ausência de políticas públicas à população onde incidem as doenças que elevam o índice de morte materna por complicações, como hipertensão arterial, anemia falciforme, diabetes tipo II, miomas uterinos e HIV/Aids na gestação, expõem a violação dos direitos reprodutivos das mulheres negras.

⁵ Integrantes da Associação Cultural de Mulheres Negras.

O Estado tem um importante papel de minimizar as grandes desigualdades.

A situação de pobreza, miséria e baixa auto-estima em que vivem as mulheres, não respeita raça ou cor. E a ausência de dados sobre a violência doméstica, com corte racial, dificulta a compreensão do racismo nesta modalidade.

A cadeia de ações de violência e exclusão social, vivenciadas através de gerações, necessita ser rompida com o apoio e a solidariedade de toda a sociedade, uma vez que 'direitos na lei' não têm o mesmo significado que 'direitos na vida'."

Perspectiva de futuro

O ano de 2001 promete ser histórico para a vanguarda dos movimentos anti-racistas do mundo todo por conta da "3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Social, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância", que está sendo organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e acontece entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 2001, na África do Sul.

Anemia falciforme

A CCDH tem acompanhado permanentemente a questão da anemia falciforme no Rio Grande do Sul, tratando-a como uma questão de Direitos Humanos da população negra.

A anemia falciforme é uma doença genética de caráter recessivo, cujo gene pode ser encontrado na população brasileira em índice que varia de 2% a 6%, mas que incide numa frequência de 6% a 10% na população negra (afro-descendentes). Já há alguns anos, o movimento negro nacional luta pela visibilidade do problema da anemia falciforme.

A união de pessoas com a mesma característica genética apresenta 25% de probabilidade de gerar filhos com a doença, contra 50% de probabilidade dos filhos herdarem os traços genéticos e somente 25% de chances dos filhos nascerem sem qualquer vestígio da doença. Desta forma, levando-se em conta o percentual de negros da população brasileira, a anemia falciforme atualmente é considerada uma questão de saúde pública. A situação assume proporções mais dramáticas porque em estágio avançado a anemia falciforme é uma doença grave e, até o momento, sem cura. A dor óssea é frequente e intensa e a expectativa de vida é baixa. O diagnóstico precoce permite o acompanhamento necessário para minimizar o quadro.

No dia 8 de dezembro de 1999, o governador Olívio Dutra assinou o Decreto nº 89.860, que estabelece a Política Estadual de Controle à Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias (Pecafh). Em janeiro de 2000, foi instituída a Câmara Técnica do Pecafh formada por diversos conselhos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenadoria Estadual da Mulher, Secretaria Estadual da Saúde e outras instituições. O município de Alvorada foi escolhido para desenvolver a experiência piloto em relação à terceira gota do teste do Pezinho, que irá abordar a incidência do gene da anemia falciforme.

Centro de referência afro-brasileiro

Nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2000, realizou-se a "II Conferência Municipal de Direitos Humanos", de Porto Alegre, organizada pela Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre. A II Conferência aprovou a criação do Centro de Referência Afro-Brasileiro, um projeto que vinha sendo alicerçado por diversas entidades do movimento negro, desde 1998. A proposta, apresentada e defendida pelos participantes da Pré-



Sem título-5



Conferência do Povo Negro, realizada no dia 13 de maio, inclui o seguinte item: " Que o Centro de Referência constitua-se em espaço de preservação do patrimônio cultural dos negros e de estudo da história da população. São valores que têm sido desprezados e deturpados e devem ser revistos. Propõe-se que o Centro de Referência seja sediado em Porto Alegre, mas abrangendo todo o Rio Grande do Sul, para cuja construção o negro contribuiu efetivamente (nas charqueadas, na produção agro-pastoril, nos centros urbanos), destacando-se, ainda, que a discriminação no interior é significativa, como é significativa a ação de grupos do movimento negro que contra ela lutam nos diferentes municípios do Estado."

Projeto Cabobu

De maio de 1999 a fevereiro de 2000, o município de Pelotas, situado na Zona Sul do Estado, e com um percentual de 40% de negros na sua população, foi sede da primeira edição do Projeto Cabobu, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura.

Durante nove meses, foram oferecidas à população pelotense oficinas gratuitas de dança afro, de confecção do sopapo e de percussão. Segundo o mentor Giba Giba, músico negro que é assessor especial da Secretaria de Estado da Cultura, o objetivo do Cabobu é resgatar o rico legado cultural que os negros assentaram no sul do Estado, com destaque para a criação do sopapo, um tambor típico do Rio Grande do Sul com caixa de cerca de um metro e dez centímetros e som grave. Pintura de 1851 já retratava os negros tocando sopapo.

Mais de 100 pessoas participaram ativamente do projeto. Nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro, os participantes das oficinas apresentaram à comunidade espetáculo de dança afro acompanhado por uma orquestra de sopapos, numa grande festa popular, que incluiu ainda apresentações de artistas negros gaúchos e de outras regiões do país. Parte dos 40 sopapos confeccionados nas oficinas foi doada pela Secretaria de Estado da Cultura para a comunidade negra pelotense.

O nome Cabobu homenageia três carnavalescos históricos da cidade de Pelotas: Cacaio, Boto e Bucha, que durante décadas foram mestres de bateria de duas tradicionais escolas de samba de Pelotas, a General Telles e a Academia do Samba.

Violência policial contra comunidade negra

No dia 24 de novembro de 1999, a CCDH realizou Audiência Pública alusiva a Semana da Consciência Negra. Na pauta, o tratamento dispensado pelas polícias Militar e Civil à comunidade negra, em especial à juventude. De acordo com a deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, " na área de segurança pública existe uma situação particular de violência contra a população negra do Estado, que vive, de forma direta, toda a violência presente na sociedade, com o agravante da discriminação racial". A Audiência, sinalizou a formação de uma comissão, integrada por representantes da CCDH, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da População Negra do Rio Grande do Sul (Codene) e do Comando da Brigada Militar. Também manifestaram desejo de participar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Ainda não existem pesquisas que radiografem a violência policial contra a população negra gaúcha. Na mesma Audiência Pública, o Coronel Roberto Ludwig, então Comandante Geral da Brigada Militar, deu o seguinte depoimento: " Alguns aspectos policiais no passado realmente são vergonhosos. Alguns já foram citados como o caso do Júlio César, o Homem Errado, uma pessoa que é pressuposta como criminoso e é executada. Também me recordo que, na Academia, os livros diziam que se uma pessoa fosse negra era um suspeito em potencial, como também quem usasse tênis e calça 'Lee'."

João Cândido, o Almirante Negro

Em Porto Alegre, a Lei nº 8.402, de 3 de dezembro de 1999, institui no município o Dia da Cidadania e de Luta contra a Discriminação a ser comemorado anualmente no dia 22 de novembro, numa homenagem a João Cândido, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata. A lei também autoriza o Poder Executivo a erguer monumento em homenagem a João Cândido, no Parque Marinha do Brasil. O projeto de lei é do vereador Lauro Hagemann (PPS).

A Revolta da Chibata foi deflagrada em novembro de 1910, durante as comemorações da posse do presidente da República, Hermes da Fonseca. Os marinheiros, liderados pelo gaúcho João Cândido Felisberto, 30 anos, nascido no interior do município de Rio Pardo, reivindicavam o fim dos castigos corporais e da humilhação, práticas medievais de tortura que continuavam sendo adotadas pela Marinha Brasileira. Os tiros de canhão sacudiram a cidade do Rio de Janeiro gerando pânico nas ruas. O movimento foi vitorioso, a chibata nunca mais voltou a ser usada, e João Cândido virou herói popular. A rebeldia e a coragem lhe renderam, no entanto, prisão e perseguição política por praticamente o resto da vida.

Educação antiracista e antidiscriminatória

A Lei nº 8.423, aprovada pela Câmara Municipal de Porto Alegre, em 28 de dezembro de 1999, obriga as escolas da rede municipal de ensino público de 1º e 2º graus e demais níveis de ensino a incluir em suas disciplinas conteúdos antiracistas e antidiscriminatório. A lei, conforme o parágrafo 2º do artigo 5º, "prevê que o conteúdo de 'Educação Anti-racista e Antidiscriminatória' perpassa os diferentes saberes disciplinares, estando presente em todas as disciplinas e atividades no contexto escolar como um tema transversal." A autoria do projeto de lei é de iniciativa do vereador Renato Guimarães (PT).

Identificação da raça e da etnia

Integrando as comemorações do Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, em 21 de março de 2000, o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, sancionou a Lei Municipal nº 8.470 que estabelece a identificação da raça e da etnia nos dados cadastrais da Administração Municipal. O projeto de lei é de iniciativa da vereadora Helena Bonumá (PT).

A Lei nº 8.470 obriga que toda pesquisa qualitativa e quantitativa realizada pela administração direta ou indireta da capital inclua a especificação de raça e origem étnica dos entrevistados. Tal procedimento é uma antiga reivindicação do movimento negro, já que vai permitir uma radiografia da situação da população negra no Estado, com destaque para áreas como saúde, educação, política e trabalho.

O Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial é uma homenagem a 70 jovens negros sul-africanos que foram alvejados pelas costas durante um protesto contra a lei do passe, no dia 21 de março de 1960, em Sharpeville, na África do Sul. Na época, o governo daquele país era 100% composto pela minoria branca e proibia os negros de caminhar livremente pelas ruas.



